



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	15983.000010/2010-86
<b>Recurso nº</b>	De Ofício
<b>Acórdão nº</b>	<b>2401-004.736 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	04 de abril de 2017
<b>Matéria</b>	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.
<b>Recorrente</b>	PRESIDENTE DA 8ª TURMA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JULGAMENTO EM CAMPINAS/SP
<b>Interessado</b>	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANTA CECÍLIA - ISESC

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: **01/01/2000 a 30/11/2003**

DECADÊNCIA.

O direito da fazenda pública constituir o crédito tributário da contribuição previdenciária extingue-se com o decurso do prazo decadencial previsto no CTN.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade, em conhecer do recurso de ofício, e, no mérito, negar-lhe provimento.

(assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier Lazarini - Relatora e Presidente

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Miriam Denise Xavier Lazarini, Cleberson Alex Friess, Carlos Alexandre Tortato, Márcio de Lacerda Martins, Rayd Santana Ferreira, Claudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez, Andréa Viana Arrais Egypto e Luciana Matos Pereira Barbosa.

## Relatório

Trata-se de Auto de Infração - AI (Debcad 37.258.554-0) lavrado contra o sujeito passivo em epígrafe, em 20/1/10, referente a contribuição social previdenciária correspondente à contribuição da empresa, inclusive para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT), incidente sobre as remunerações pagas ou creditadas a segurados empregados, constantes da folha de pagamento, no período de 12/2000 a 11/2003.

De acordo com o Relatório Fiscal, fls. 21/30, em 1/6/06, fora expedido Mandado de Procedimento Fiscal - MPF, com ciência em 6/6/06, dando início à fiscalização na entidade, com o requerimento de documentos e esclarecimentos pertinentes às contribuições previdenciárias relativamente ao período de 05/2000 a 05/2006.

Informa, ainda, o fiscal autuante, que naquela oportunidade constatou-se haver óbice judicial à constituição do crédito previdenciário, em face de provimento judicial em sede de antecipação de tutela concedida pela 2ª Vara Federal de Santos, às fls. 53/55, nos autos do processo nº 99.61.04.0052998, onde a autora pleiteia a imunidade contemplada no parágrafo 7º do artigo 195 da Constituição Federal, razão pela qual efetuou-se o lançamento provisório relacionado àquele período, cientificando-se o contribuinte em 27/9/06 dos valores apurados pelo Fisco, consoante Informação Fiscal de fl. 33.

Eis o trecho da decisão de tutela antecipada:

*Isto posto e o que mais dos autos consta, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, afastando a exigência da contribuição social prevista no art. 195, I, da CF, devendo os Réus absterem-se de qualquer tipo de autuação pelo não pagamento da exação. Ficam os Réus incumbidos de verificar o preenchimento dos requisitos arrolados no art. 14 do CTN.*

Ato contínuo, confirmando que a Instituição não observa os requisitos que garantem o *status* de entidade acobertada pela imunidade tributária conforme previsto no art. 14 do Código Tributário Nacional - CTN, não sendo portanto imune à exação tributária, foi o procedimento fiscalizatório reaberto com vistas a se consumar o lançamento já iniciado, a teor do que determina o parágrafo único do art. 142 da norma geral tributária citada, como se verifica do Mandado de Procedimento Fiscal datado de 12/02/2008, às fls. 570/572.

Após regular processamento, interposta impugnação contra exigência fiscal, a DRJ em Campinas/SP, julgou improcedente o lançamento, acolhendo a decadência total do crédito, conforme Acórdão nº 05-31.536/2010, às fls. 592/607, sintetizados na seguinte ementa:

*Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias*

*Período de apuração: 01/12/2000 a 30/11/2003*

*CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DECADÊNCIA.*

*Aplica-se o prazo decadencial do Código Tributário Nacional para os créditos em que não houve constituição definitiva, quanto aos fatos geradores ocorridos há mais de cinco anos do efetivo lançamento do crédito.*

---

Em observância ao disposto no Decreto 70.235/72, artigo 25, inciso II, na redação dada pela Lei 11.941/09, a autoridade julgadora de primeira instância recorreu de ofício da decisão encimada, que declarou improcedente o lançamento fiscal.

Conforme Resolução 2401-000.211 – 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária, fls. 622/640, os autos foram baixados em diligência, pois a decisão da procedência ou não do presente auto de infração está diretamente relacionada à medida liminar que impossibilitava o fisco de efetivar o lançamento, porém ditas informações não constam do processo.

Dessa forma, solicitou-se à fiscalização que prestasse informações acerca da medida judicial que amparava a empresa, bem como em que momento dita medida perdeu validade, seja pela decisão de mérito, ou mesmo pela cassação da medida liminar. Solicitou-se também que fosse colacionado aos autos a integra da medida liminar, bem como a decisão de mérito, sendo possível estabelecer um cronograma acerca da efetivação da auditoria fiscal na constituição do crédito.

Em Informação Fiscal de fls. 692/694, consta que:

*Juntados referidos documentos aos autos do presente processo, pude constatar que em 30.07.1999 foi proferida decisão liminar concedendo a antecipação da tutela, afastando a exigência da contribuição previdenciária do art. 194, I, da CF.*

*Logo após, em 27.09.1999, o Tribunal Regional Federal da 3<sup>a</sup> Região proferiu decisão monocrática em sede de agravo de instrumento interposto pelo INSS, concedendo a suspensão dos efeitos da decisão anteriormente referida.*

*Posteriormente, em decisão de 27.08.2001, publicada em 12.12.2001, o Tribunal Regional Federal da 3<sup>a</sup> Região reconsiderou a decisão que suspendeu os efeitos da tutela, revigorando seu efeito; ou seja, voltou a ser afastada a exigência da contribuição.*

*Entretanto, em 09.06.2003 foi proferida decisão judicial nos autos da Ação Declaratória nº 1999.61.04.005299-8 indeferindo pedido de anulação do presente lançamento fiscal, ao ficar constatado que não houve desrespeito à decisão judicial de antecipação da tutela.*

*Em 25.11.2010 o Tribunal Regional Federal da 3<sup>a</sup> Região julgou agravo de instrumento interposto pelo INSS contra a decisão que revigorou os efeitos da tutela antecipada, tendo sido negado provimento ao agravo.*

*Por fim, em 08.02.2013, foi proferida sentença de primeira instância, tendo sido julgado improcedente o pedido do contribuinte de reconhecimento da imunidade.*

*Ainda não ocorreu o trânsito em julgado da ação, não tendo sido até o presente momento sido apresentado recurso contra a sentença.*

O sujeito passivo foi cientificado do resultado da diligência e apresentou manifestação, fls. 719/730, que contém, em síntese:

Aduz que a relatora entende que caso estivesse o fisco impossibilitado de realizar o lançamento, em face da tutela antecipada, não haveria termo inicial do prazo de decadência, com o que seria válida a exigência tributária de que trata este processo.

Afirma que a informação de que "em 09.06.2003 foi proferida decisão judicial nos autos da Ação Declaratória nº 1999.61.04.005299-8 indeferindo pedido de anulação do presente lançamento fiscal, ao ficar constatado que não houve desrespeito à decisão judicial de antecipação da tutela" traz uma impossibilidade material, pois como poderia ser indeferido o pedido de anulação do presente lançamento fiscal, se ele é datado de 19/1/10?

Acrescenta que ainda que a decisão judicial ali referida não diga respeito à presente autuação, ela contém elementos que demonstram que o AFRFB autuante, quando da fiscalização em 2006, não se encontrava impedido de realizar o lançamento.

Explica que da leitura da decisão de tutela antecipada, a união federal não foi impedida de realizar fiscalizações para a verificação do "preenchimento dos requisitos arrolados no art. 14 do CTN", reafirmado pelo próprio Juízo Federal que a concedeu, em decisão de 9/6/03, de conhecimento do fiscal autuante, conforme item 28 do Relatório Fiscal:

*Não foi por outra razão também que, diante das petições protocoladas pela instituição para ver reconhecido o descumprimento da decisão de antecipação de tutela em face da constituição pelo INSS dos créditos tributários, o próprio Juízo da 2ª Vara Federal de Santos prolatou a seguinte decisão em 09.06.2003:*

*"Embora tenha a autora obtido antecipação da tutela nestes autos, para afastar a exigência da contribuição social prevista no art. 195, I, da CF, cuja decisão foi suspensa e posteriormente revogada em Instância Superior, por força de agravo de instrumento, o certo é que ficou condicionada ao preenchimento pela Autora dos requisitos arrolados no art. 14, do Código Tributário Nacional, mediante verificação dos réus (INSS e Unido Federal).*

*E, como esclareceu o réu, seria irrelevante a inobservância do art. 55, da Lei 8.212/91, na redação da Lei 9.732/98, já que sob esse pálio legal o crédito tributário estava com a exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, V, do CTN, porém a autora não preencheu os requisitos do artigo 14, do Código Tributário Nacional, pois conforme auditoria contábil realizada na empresa, teria havido distribuição de parcela do patrimônio ou rendas da empresa, a qualquer título, não teriam sido aplicados integralmente os recursos da empresa na manutenção dos seus objetivos institucionais e não teriam sido apresentados os prontuários dos alunos bolsistas comprobatórios das despesas de bolsas de estudo, escriturados no livro-diário caixa, dai a constituição dos créditos tributários, sem qualquer desrespeito à decisão judicial de antecipação da tutela.*

Afirma que tal circunstância é corroborada também pelos itens 26 e 27 do Relatório Fiscal.

Acrescenta que a presente autuação se deu em face da não observância dos requisitos previstos no art. 14 do CTN, conforme item 33 do Relatório Fiscal.

Conclui que não havia impedimento para a constituição regular dos créditos tributários em 2006 e que o "lançamento provisório" é figura inexistente no Direito Tributário.

Alega que diante da autorização do próprio juízo, seja na decisão que concedeu a tutela antecipada, seja naquela decisão de 2003, cabia ao AFRFB dar cumprimento às disposições do artigo 63 da Lei 9.430/96.

Requer seja negado provimento ao recurso de ofício da DRJ/Campinas, pois entende que o AFRFB autuante, em junho/2006, quando realizou a fiscalização, tinha plenas condições de efetivar a constituição dos créditos tributários. Se não o fez, não poderia fazê-lo em 2010.

É o relatório.

**Voto**

Conselheira Miriam Denise Xavier Lazarini, Relatora

A questão que se apresenta é se poderia ou não, em virtude da decadência, a fiscalização constituir em 2010 o crédito tributário ora apurado, referente ao período de 12/2000 a 11/2003.

De acordo com o Parecer PGFN/CAT nº 456/2011, não se deve computar para fins de decadência, o período em que o Fisco estava impedido, por decisão judicial, de constituir o crédito tributário.

No presente caso, pode-se traçar a seguinte linha do tempo:

Em 30/7/99 foi proferida a decisão liminar afastando a exigência da contribuição previdenciária, "devendo os Réus absterem-se de qualquer tipo de autuação pelo não pagamento da exação. Ficam os Réus incumbidos de verificar o preenchimento dos requisitos arrolados no art. 14 do CTN."

Em 27/9/99 o TRF da 3<sup>a</sup> Região, em sede de agravo de instrumento, suspendeu os efeitos da liminar.

Em 27/8/01, o TRF da 3<sup>a</sup> Região reconsiderou a decisão que suspendeu os efeitos da tutela, revigorando seu efeito.

Em 9/6/03, foi proferida decisão judicial pelo próprio Juízo Federal que concedeu a tutela antecipada, ante às petições protocoladas pelo sujeito passivo para ver reconhecido o descumprimento da decisão de antecipação de tutela em face da constituição pelo INSS de créditos tributários, pedindo anulação do lançamento fiscal, nos seguintes termos:

*Embora tenha a autora obtido antecipação da tutela nestes autos, para afastar a exigência da contribuição social prevista no art. 195, I, da CF, cuja decisão foi suspensa e posteriormente revogada em Instância Superior, por força de agravo de instrumento, o certo é que ficou condicionada ao preenchimento pela Autora dos requisitos arrolados no art. 14, do Código Tributário Nacional, mediante verificação dos réus (INSS e União Federal).*

*E, como esclareceu o réu, seria irrelevante a inobservância do art. 55, da Lei 8.212/91, na redação da Lei 9.732/98, já que sob esse pálio legal o crédito tributário estava com a exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, V, do CTN, porém a autora não preencheu os requisitos do artigo 14, do Código Tributário Nacional, pois conforme auditoria contábil realizada na empresa, teria havido distribuição de parcela do patrimônio ou rendas da empresa, a qualquer título, não teriam sido aplicados integralmente os recursos da empresa na manutenção dos seus objetivos institucionais e não teriam sido apresentados os prontuários dos alunos bolsistas comprobatórios das despesas de bolsas de estudo, escriturados no livro-diário caixa, dai a*

***constituição dos créditos tributários, sem qualquer desrespeito à decisão judicial de antecipação da tutela. (grifo nosso)***

Em 8/12/13 foi proferida sentença que julgou improcedente o pedido da entidade de reconhecimento da imunidade.

Em consulta ao sistema e-processo, verifica-se que em 2009 foram lavrados outros autos de infração contra a empresa para o período de 12/03 a 12/07, processos 15983.000937/2009-82 e 15983.000938/2009-27, já julgados pelo CARF, sob o fundamento de que a RFB verificou o descumprimento dos requisitos previstos no art. 14 do CTN e, em razão disso, efetuou o lançamento das contribuições devidas, não havendo descumprimento da decisão judicial que concedeu a tutela antecipada. A PGFN reconheceu a impossibilidade de realização da ação fiscal em relação à aplicação do art. 55 da Lei 8.212/91, mas expressamente restou consignado a possibilidade de aplicação do art. 14 do CTN.

Vê-se, portanto, que caso fosse a RFB esperar a perda da eficácia da tutela antecipada, somente efetuaria os lançamentos fiscais em 2013, após a prolação da sentença, de 8/12/13, pois estaria o sujeito passivo até então protegido pela liminar que concedeu a tutela antecipada.

Logo, o entendimento da RFB e da PGFN foi no sentido de que se verificado o descumprimento pelo sujeito passivo dos requisitos descritos no art. 14 do CTN, poderia ser feito o lançamento, tal como aconteceu com os lançamentos de 2009 e os de 2010, que inclui o presente.

Portanto, em 2006, quando foi dado início à ação fiscal, o crédito tributário já poderia ter sido constituído, como alega o sujeito passivo, pois já havia decisão judicial, de 9/6/03, no sentido de que não haveria desrespeito à tutela antecipada se o lançamento levasse em consideração o descumprimento dos requisitos do art. 14 do CTN.

Observe-se que no presente caso, não há que se falar em antecipação do pagamento, pois foi apurada a totalidade da contribuição previdenciária patronal. O sujeito passivo sequer reconhecia como devida a contribuição lançada, logo, por óbvio, não realizou qualquer recolhimento a título de contribuição patronal.

Assim, aplica-se o disposto no CTN, artigo 173, I:

*Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:*

*I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;*

O presente lançamento ocorreu em 20/1/10, portanto, poderia retroagir a 12/04 (vencimento da obrigação em 01/05). Para a última competência objeto de lançamento, 11/03, o prazo decadencial começou a fluir em 01/04, extinguindo-se o direito da Fazenda Pública efetuar o lançamento em 31/12/08. Portanto, operou-se a decadência em relação a todos os valores lançados no auto de infração de que trata o presente processo.

Observe-se que a DRJ, ao reconhecer a decadência, entendeu que se aplicava ao caso o disposto no CTN, art. 150, §4º. Contudo, independentemente do dispositivo legal considerado para verificar a decadência, a conclusão seria a mesma.

Sendo assim, correta a decisão da DRJ em Campinas/SP, que julgou improcedente o lançamento, acolhendo a decadência total do crédito.

#### CONCLUSÃO

Voto por conhecer do recurso de ofício, NEGANDO-LHE provimento.

(assinado digitalmente)

Miriam Denise Xavier Lazarini.